



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Aprovado na
realizada em 05/02/13
S/ adendo
Presidência

Requerimento nº 001 / 2013

Protocolo 37025
Data 05 02 2013
Hora 16:28
Funcionário Eding

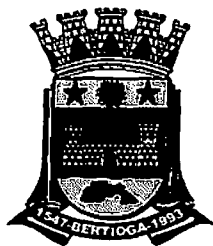
Assunto: Solicita formação de Comissão de Assuntos Especiais – CAE, para a análise de eventual inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 93/2012 que institui a reforma administrativa.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

No final do ano passado foi aprovada Lei Complementar municipal nº 93/2012 que instituiu a reforma administrativa, com a criação de diversas secretarias e cargos, com considerável incremento de gastos com pessoal.

Considerando a missão constitucional desta Casa, em especial a fiscalização dos gastos públicos de acordo com as prioridades e necessidades da população, é que a Constituição Federal e Estadual estabelecem a necessidade de prévia e expressa autorização legislativa para a criação de cargos e despesas em conformidade com as diretrizes orçamentárias e responsabilidades fiscais;

Considerando que o artigo 167 da Constituição Federal, o artigo 125 da Lei Orgânica Municipal, os artigos 40 e 46 da Lei Federal 4.320 de 1964, e o artigo 16 da Lei Complementar 101 de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - vedam o início de programas, projetos e atividades não previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;



Câmara Municipal de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Considerando que a Lei 1.055 de 2012 da LOA contraria a orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no que se refere à alteração de despesas orçamentárias do executivo por remanejamento, sem autorização legislativa, em limite superior à previsão da taxa de inflação;

Considerando, por fim, parece que a legislação municipal não observam ^{ou} do artigo 169, §1º da Constituição Federal, tampouco do artigo 169, § único da Constituição Estadual e que tais fatos fundamentam, em tese, a invocação do artigo 25, IX, da Lei Orgânica do Município, que atribui à Mesa da Câmara a competência para representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal.

Isto posto, Senhores Vereadores e Povo de Bertiooga, cabe a nós, enquanto, entre outras coisas, membros da Casa fiscalizadora do Poder Executivo, com fundamento no artigo 98, § 1º, do Regimento Interno, **REQUERER** à Mesa, ouvido o Colendo Plenário, a aprovação do presente no sentido de que seja formada Comissão de Assuntos Especiais para, no prazo legal, elaborar estudos e averiguações que permitam **averiguar** ^{ANEXAR} eventual inconstitucionalidade de Lei Complementar municipal e orientar futuras providências desta Mesa Diretora

Sala das Sessões, 05 de fevereiro 2013


Valéria Bento
Vereadora - PMDB


Luís Henrique Capellini
Vereador - PR


José Feliciano Irmão
Vereador - PTB


Luiz Carlos Pacífico Junior
Vereador - PSDB


Edvaldo Alecrim Silva
Vereador - PR


Elisabeth Dotti Consolo
Vereadora - DEM


Ivan de Carvalho
Vereador - PSDB